

## PODER

# Medida gera críticas no setor produtivo

Entidades e empresários lamentam proposta de Haddad para reonerar a folha

» EDLA LULA

No mesmo dia em que o Congresso Nacional promulgou a lei que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia, o governo anunciou uma Medida Provisória (MP) que, entre outros dispositivos, volta a onerar a folha. As reações do setor produtivo vieram imediatamente, antes mesmo de a MP ser publicada.

Ao fazer o anúncio, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que não se tratava de afronta ao Congresso, e afirmou que espera o apoio dos parlamentares para a aprovação da proposta. “A reoneração está indo como um gesto do governo, não existe afronta ao Congresso”, disse ele, aos jornalistas.

O gesto é polêmico, porque o Congresso havia aprovado a prorrogação da desoneração até 2027 com ampla maioria. Ainda assim, o governo vetou integralmente a proposta e, em seguida, os parlamentares derrubaram o veto e, ontem, finalmente, promulgou a nova lei.

Haddad disse ainda que nunca foi procurado pelos representantes do setor para discutir uma saída para a desoneração, prevista inicialmente, para encerrar no próximo dia 31. “Se olharem na agenda do ano inteiro, não tem um pedido de reunião com o ministro da Fazenda”, queixou-se. “Eu preciso olhar para a floresta, enquanto eles olham para uma árvore da floresta, que é o segmento deles”, completou.

A Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), formada por deputados que representam setores empresariais, se posicionou contrariamente à reoneração da folha proposta por Haddad. “Para a FPE, a decisão do governo de retornar com a pauta para o Congresso Nacional — mesmo que de maneira gradual — fragiliza a relação entre os poderes já que o Executivo insiste em ir contra a decisão dos mais de 430 parlamentares que garantiram a prorrogação da desoneração até 2027”, afirmaram deputados e senadores por meio de nota à imprensa.

Ed Alves/CB/DA.Press



Governo enfrentará novo embate no Congresso com MP para compensar a desoneração da folha

“Com a reoneração, os 17 setores que mais empregam no país podem sofrer um aumento na carga tributária, engessando o mercado, causando insegurança jurídica e colocando em risco milhões de empregos”, acrescentou o comunicado.

O Movimento Desonera Brasil, que reúne os 17 setores incluídos na política de desoneração da folha, também divulgou nota afirmando que “as propostas não devem ser impostas à sociedade sem discussão prévia ampla e abrangente, por meio de uma Medida Provisória”. Para o movimento, a revogação da desoneração por MP “não é razoável”.

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) engrossou o coro das críticas e, em nota, afirmou que as medidas “oneram, mais uma vez, o setor produtivo e colocam em risco milhares de empregos”. Além disso, ressaltou que “não há justificativa legal ou lógica para a limitação de aproveitamento de valores que foram indevidamente recolhidos aos cofres públicos”.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) lamentou a medida e informou que “recebe com preocupação a proposta do Governo

Federal de compensar o impacto da desoneração da folha de pagamentos, que teve sua prorrogação aprovada pelo Congresso Nacional”. A entidade disse ainda que a proposta pode impactar parte dos 1,5 milhão de postos de trabalho formais mantidos pelo setor em todo o território nacional.

“Abit reitera a importância de que uma proposta definitiva sobre a tributação da folha de pagamento se dê, como está previsto, na próxima etapa da reforma tributária, que deve ser encaminhada pelo governo ao Congresso em até 90 dias após a promulgação da primeira etapa”, informou a nota.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, considerou as medidas “um equívoco extraordinário”, ao afirmar que elas trarão mais insegurança jurídica para o contribuinte, o que, para Roscoe, se tornou algo recorrente. “O Congresso já havia se manifestado sobre a desoneração da folha de salários e, infelizmente, a sanha arrecadora faz com que o ímpeto em cima dos contribuintes aumente, inclusive penalizando aqueles

setores que mais empregam. Essa desoneração é sobre o trabalho”, pontuou.

## Equilíbrio fiscal

Especialistas em contas públicas avaliaram positivamente as medidas anunciadas ontem, ao afirmarem que, do ponto de vista fiscal, elas melhoram as projeções econômicas. “As medidas são boas, porque permitem equacionar a questão da desoneração da folha. Precisarão passar pela apreciação do Congresso, vale dizer”, comentou Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos e ex-secretário de Fazenda do estado de São Paulo. Salto destaca como relevante a limitação das compensações tributárias a 30% dos pagamentos feitos pelos contribuintes. “Isso deverá gerar efeito considerável na arrecadação”, disse.

A XP Macro divulgou, em nota, que, mesmo mantendo previsão de déficit de R\$ 91,6 bilhões (0,8% do PIB) em 2024, aponta que “os riscos estão inclinados para cima”. Segundo a XP, há probabilidade de haver ganho fiscal com as medidas anunciadas pelo governo.

# Parlamentares prometem derrubar MP

» EVANDRO ÉBOLI

O novo ano nem chegou e o horizonte no Congresso Nacional aponta para novas dificuldades do governo federal na relação com os parlamentares em 2024. Deputados e senadores criticaram o pacote anunciado ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que prevê a edição de uma medida provisória para tributar os setores da economia beneficiados por desoneração nas suas folhas de pagamento.

Haddad informou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva irá editar uma medida provisória que prevê uma “reoneração gradual” das empresas desses segmentos que contam até dezembro de 2027 com benesses fiscais. Os parlamentares que atuaram na linha de frente da defesa da prorrogação da desoneração foram os primeiros a manifestar contrariedade ontem com a iniciativa de Haddad.

Autor do projeto de lei da desoneração, o senador Efraim Filho (União Brasil-PB) criticou o pacote econômico do governo, classificado por ele como uma “afronta” ao Congresso Nacional. “A edição da MP contraria uma decisão tomada por ampla maioria pelo Congresso. Vai sofrer resistências desde a largada. Traz insegurança jurídica para o empreendedor que, no dia 01/01 ficará sem saber qual regra seguir, se a da MP ou a da lei aprovada pelo Congresso e, hoje (ontem), publicada”, afirmou Efraim

Filho nas suas redes. Ele defendeu um projeto de lei como instrumento para discutir mudanças nessa política econômica.

“A MP não é o melhor caminho. Um projeto de lei, com essas propostas de alteração, dando tempo e prazo para o debate das ideias, esse sim seria um sinal de que o governo quer o diálogo com o Congresso Nacional”, concluiu o senador.

Relatora do projeto na Câmara, a deputada Any Ortiz (Cidadania-RS) afirmou que o governo não desistiu de aumentar a arrecadação às custas dos trabalhadores e da manutenção de empregos no Brasil. Na mesma mensagem que celebrava a promulgação da desoneração, a parlamentar lamentou a MP anunciada por Haddad.

“Certamente essa iniciativa sofrerá resistência não só dos setores econômicos, mas do Congresso Nacional, que se vê desrespeitado diante de uma decisão quase unânime. O governo está contrariando a vontade do Congresso, que representa a totalidade dos brasileiros e ainda causando uma enorme insegurança jurídica para o empreendedor. Faltam quatro dias para o dia 1º de janeiro, e qual a regra que o empregador vai seguir?”, se indignou a deputada.

Defensor da causa municipalista, o deputado Adail Filho (Republicanos-AM), partido da base do governo, criticou o anúncio do ministro da Fazenda. Haddad deixou inseguro

os que defenderam a causa dos prefeitos, ao dizer que vai analisar separadamente uma proposta para revisar a desoneração da folha dos municípios. “Ali não tinha nem análise de impacto”, disse o ministro.

Adail Filho reagiu: “Essa é mais uma demonstração vergonhosa da ignorância do ministro da Fazenda sobre a realidade dos pequenos municípios brasileiros. A desoneração da folha beneficia pequenos municípios que constituem até 70% da rede municipal brasileira. Se não for pela ignorância, é pelo sadismo desasombroso em atacar o elo mais fraco do pacto federativo”.

## Em defesa de Haddad

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) saiu em defesa de Haddad e afirmou que o ministro está correto no mérito e é direito constitucional do governo reapresentar a matéria para evitar “forte impacto fiscal no começo do ano”. Um dos vice-líderes do governo no Congresso, Lindbergh criticou os que tentam cercear o Executivo e que falam em déficit zero, mas aumentam emendas em bilhões e defendem desonerações fiscais.

“Acho engraçado, porque vejo o Centrão defendendo déficit zero ao mesmo tempo que aumentam emendas parlamentares e mantêm desonerações para grandes empresas com impacto bilionário. O governo não pode recuar dessa MP, porque o

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## Lula e Pacheco fecham o ano em rota de colisão

O dia de ontem não foi de bom agouro para as relações entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em 2024, um ano eleitoral, ao menos simbolicamente. Embora a política se pareça com as nuvens, como diria o antigo político mineiro Magalhães Pinto — “você olha e ela está de um jeito; olha de novo e ela já mudou” —, pode ser até que tudo não passe de um jogo de cena, cada qual para sua plateia, mas o choque tem bases objetivas que devem ser levadas em conta.

No mesmo dia em que Pacheco promulgou o marco temporal e a nova lei de desoneração da folha de pagamento, cujos vetos presidenciais foram derrubados pelo Congresso, Lula sancionou a nova Lei dos Agrotóxicos, com novos vetos que restabelecem o poder do Ibama e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em relação ao Ministério da Agricultura. É mais uma queda de braços entre o Executivo e o Legislativo, na qual a bancada do agronegócio, com toda certeza, levará a melhor, em razão da correlação de forças no Congresso.

O PL do Veneno, como é chamado pelos ambientalistas, tramitou 24 anos no Congresso, antes de ser aprovado, em novembro. Os 14 vetos, segundo comunicado do governo, “vão garantir a adequada integração entre as necessidades produtivas, a tutela da saúde e o equilíbrio ambiental”. Será? Para derrubá-los, os ruralistas precisarão apenas de maioria simples no Congresso, no qual o governo é minoritário em temas que envolvem interesses do agronegócio, da bancada da bala e dos evangélicos, a coalizão que elegeu e apoiou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), imbatível quando se une.

Isso vem ocorrendo com mais frequência do que se esperava, embora o governo Lula tenha conseguido algumas vitórias estratégicas no Congresso, como a reforma tributária, que precisa ser regulamentada no próximo ano. A aprovação do Orçamento da União consolidou a perda de controle do governo sobre grande parcela das despesas discricionárias, aquelas que não são obrigatórias, como recursos para custeio e investimentos. As despesas obrigatórias são, principalmente, pagamento de pessoal e benefícios previdenciários. Sem a maior parte das discricionárias, o governo não funciona.

## Emendas parlamentares

O Orçamento da União para 2024 (PLN 29/2023), aprovado na semana passada pelo Congresso, prevê receitas e despesas de R\$5,5 trilhões. Pelo texto, o salário mínimo passa dos atuais R\$ 1.320 deste ano para R\$ 1.412 em 2024. O maior debate no Plenário foi em relação ao Fundo Eleitoral, que era de R\$ 939,3 milhões e passou para R\$ 4,9 bilhões, destinados às eleições municipais do próximo ano. O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), coração da política de investimentos de Lula, foi tungado em R\$ 6,3 bilhões. O total destinado ao PAC em 2024, portanto, será de R\$ 54 bilhões. Na proposta original do governo, o valor previsto era de cerca de R\$ 61 bilhões.

Foram acolhidas 7.900 emendas parlamentares individuais, de bancadas estaduais e de comissões, no valor total de R\$ 53 bilhões, ou seja, deputados e senadores terão R\$ 5 bilhões a mais do que os recursos de investimentos do governo, se considerarmos o fundo eleitoral. Desse total, R\$ 16,7 bilhões são de emendas de comissões, valor mais que o dobro do que foi aprovado em 2023 (R\$ 7,5 bilhões), que substituiu o orçamento secreto. Para as emendas individuais obrigatórias, foram fixados R\$ 25 bilhões e R\$ 11,3 bilhões para emendas de bancadas, seguindo percentagens fixadas na Constituição Federal.

A distribuição de recursos entre as comissões não tem nada a ver com as demandas reais da população. Por exemplo, no Senado, a Comissão de Educação recebeu R\$ 7,9 milhões, ao passo que R\$ 4 bilhões vão para a Comissão de Desenvolvimento Regional. A Comissão de Meio Ambiente recebeu R\$ 550 milhões. O critério para a partilha dos recursos não são as políticas públicas, mas os interesses paroquiais de deputados e senadores, que miram suas bases eleitorais.

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou novas medidas para zerar o déficit das contas públicas federais nos próximos anos: “Nós havíamos já sinalizado que depois da promulgação da reforma tributária encaminharíamos medidas complementares. O que estamos fazendo, enquanto equipe econômica, é um exame detalhado do Orçamento da União, isso vem acontecendo desde o ano passado, antes da posse.” Por medida provisória, a ser publicada hoje ou amanhã, o governo pretende compensar as desonerações por meio de novas tributações. Apertem os cintos.

COM O FUNDO ELEITORAL E 7.900 EMENDAS PARLAMENTARES, NO VALOR TOTAL DE R\$ 53 BILHÕES, DEPUTADOS E SENADORES TERÃO R\$ 5 BILHÕES A MAIS DO QUE OS INVESTIMENTOS DO PAC